

OCDE: Portugal entre os que têm mais colégios só com “gente rica”

Responsável do ensino particular atribui ao Estado responsabilidade pelo carácter elitista dos colégios, já que o financiamento está a ser reduzido. É a reacção a relatório da OCDE com base nos dados do PISA 2015

Educação
Clara Viana
e Rita Marques Costa

Portugal é apresentado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) como um dos países onde o ensino privado é mais elitista. Fazendo a análise de mais de 50 países e economias, a OCDE foi comparar o nível de “segregação” com base no estatuto socioeconómico dos alunos entre o ensino público e o privado. Portugal faz parte do grupo de dez países onde esta diferença é mais “impressionante”.

Estes dados constam de um relatório sobre a liberdade de escolha em educação divulgado ontem (*Balancing School Choice and Equity*). Esta é uma conclusão que o director-geral da Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), Rodrigo Queirós e Melo, classifica como sendo “bastante evidente”. “Do conjunto dos países da OCDE, Portugal tem uma das maiores proporções de alunos inscritos no ensino privado e que pagam por isso, ao contrário do que sucede em vários outros países onde este tipo de ensino é financiado em grande parte ou mesmo na totalidade pelo Estado”, frisa o responsável pela AEEP.

É o que se passa, por exemplo, na Holanda, Finlândia e com vários tipos de escolas privadas no Reino Unido, Suécia ou Estados Unidos. No índice de segregação em função do estatuto socioeconómico, publicado pela OCDE, todos eles estão entre os países onde as diferenças entre o público e o privado são menores.

“Se compararmos a amostra de Portugal onde o ensino particular é pago pelas famílias com a de outros países em que este é financiado pelo Estado, é normal que na portuguesa apareça só gente rica ao contrário do que acontece nas outras”, comentou Queirós e Melo. Que alerta também para o agravamento deste fosso com o fim da maior parte dos contratos de associação determinado por este Governo. “É o Estado português que está a reforçar o carácter elitista do ensino particular”, acusa.

Através dos contratos de associa-

ção, dezenas de colégios foram financiados pelo Estado desde os anos 80 para garantir que os seus alunos os frequentassem de forma gratuita. Com o actual Governo, estes contratos estão a ser reduzidos de modo a que o financiamento seja só atribuído a colégios situados em zonas onde não exista oferta pública.

OCDE enganou-se

Os indicadores deste relatório da OCDE, que tem na base os dados dos testes PISA de 2015, permitiam também tirar esta conclusão sobre Portugal: em 2015, 31% dos alunos portugueses estavam inscritos em escolas em que os directores admitiam usar a performance académica como critério de admissão. A proporção seria muito maior nos estabelecimentos privados (82%), mas também aconteceria na escola pública (28%).

Depois da publicação do relatório, na sequência de questões enviadas pelo PÚBLICO, a OCDE admitiu que a tradução para português da questão colocada aos directores das escolas não permitia, afinal, tirar essa ilação. Numa declaração por escrito, reconhecia que “os directores podem ter interpretado esta questão de forma mais ampla não se limitando ao historial académico dos estudantes”.

O que aconteceu então? Quando o questionário foi traduzido e adaptado para português pela equipa responsável pelo PISA 2015 em território nacional, o que surgia como “*student's academic performance*” passou a “processo completo do aluno”. O que significa que o âmbito desta opção de resposta passou a ser muito mais abrangente. Porque além das notas, no processo completo do aluno constam também informações sobre comportamento e medidas disciplinares, acompanhamento psicológico, eventuais necessidades especiais e outros elementos biográficos.

A questão foi assim colocada aos directores de 246 estabelecimentos de ensino (222 públicos e 24 privados) incluídos na amostra portuguesa do PISA 2015: “Em que medida é tido em conta cada um dos seguintes factores para a admissão de um aluno na sua escola?” Além da opção já referida, a OCDE aceitava outras hipóteses



Relatório da OCDE relativo à Educação foi divulgado ontem

de resposta, como a recomendação vinda de outras escolas, a área de residência do estudante, a preferência dada a novos alunos que já têm outros familiares ali inscritos, por exemplo. Os directores podiam responder “nunca”, “às vezes”, ou “sempre”.

Em 2009, a tradução desta opção de resposta também foi outra: “Registo biográfico (incluindo testes de posicionamento)”. E nesse ano só foi seleccionada por directores de escolas onde estavam inscritos 1% dos alunos. “A forma como esta questão foi traduzida pode estar por trás do aumento de 1% em 2009 para mais de 30% [em 2015]”, clarificou a OCDE.

João Marôco, professor no Instituto Superior de Psicologia Aplicada e antigo coordenador português do PISA, diz que cada país adapta os questionários à sua realidade. O que a OCDE fez foi uma “equivalência cega” de duas opções de resposta que, na verdade, não são comparáveis. Em Dezembro de 2019 serão conhecidos os resultados dos testes PISA do ano 2018. Nessa versão a opção “processo completo do aluno” foi substituída por “registo de desempenho académico”, adianta o professor.

Contactado pelo PÚBLICO antes de a OCDE admitir o erro, o presidente do Conselho de Escolas e director da Escola Secundária Eça de Queirós, José Eduardo Lemos, lembrou que no período a que o documento se refere os critérios eram mais flexíveis. “Nessa altura era possível [considerar o desempenho escolar dos estudantes] no ensino secundário, uma vez que se permitia que a escola definisse os critérios. As regras não eram tão rígidas como agora”, detalhou ao PÚBLICO. O professor defendeu que o desempenho escolar “é um critério melhor do que o da morada”, e admitiu que na sua escola, à entrada para o 10.º ano, este factor “valia mais” do que a área de residência.

“Depois de cumpridas todas as outras prioridades e se ainda houver vagas, e só nessas circunstâncias, as escolas podem estipular outros critérios no seu regulamento interno”, disse o Ministério da Educação.

cviana@publico.pt
rita.costa@publico.pt